ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 02/2022 - Extraordinária

(Mandato 2021/2025)

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24-11-2022

CONTÉM 10 PÁGINAS

ATA N.º 02/2022 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO **EXTRAORDINÁRIA** REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO, INICIADA ÀS 21H30 E CONCLUÍDA ÀS 22h30

Sumário Páginas

= ABERTURA = ... 3

= PERÍODO DA ORDEM DO DIA = ... 3

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL - GASODUTO 4

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS – COMPROMISSO PLURIANUAL 4

CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – COMPROMISSO PLURIANUAL 5

REGULAMENTO DAS ZONAS INDUSTRIAIS - ALTERAÇÃO 5

= ENCERRAMENTO = ... 10

= ABERTURA =

-------- No dia vinte e quatro do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariada por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, convocada pelo edital do dia vinte e quatro do mês de novembro do ano de 2022.----------

Registou-se a falta dos seguintes membros: Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira (PS), Natércia das Dores Barbosa da Silva (PPD/PSD.CDS/PP), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.----------

Registou-se a presença de José Augusto Brito Pacheco (PS), Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares (Independente), Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. ----------

-------- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS).---------- ----------

SUBSTITUIÇÕES: -- ----------

Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira foi substituído por António Gonçalves Soares Pereira, secretário da UF. ----------

= PERÍODO DA ORDEM DO DIA =

-------- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL - GASODUTO

Ponto nº 01 – Apreciação, discussão e votação da proposta para declaração de interesse municipal ao projeto de ampliação da estação de medição e redução de pressão (GRMS 05509) em Linhares, Paredes de Coura, requerido pela REN – Gasodutos, SA.----------

Presidente da Câmara: Relativamente ao assunto em questão, o gás passa no nosso concelho em alta pressão, e é preciso fazer uma redução para média pressão para chegar à zona industrial. Nestas circunstâncias, a REN terá de fazer um conjunto de obras para o efeito. Como se constata, estas obras serão feitas em reserva ecológica, pelo que será necessário um parecer para a obtenção da licença para a REN as poder executar.------- - Paredes de Coura já perdeu muito investimento, nomeadamente duma empresa ligada ao alumínio, uma das fábricas mais modernas da Península Ibérica, pelo simples facto de não haver gás natural, na zona industrial.----- A rede está preparada para, no futuro, dar passagem ao gás, hidrogénio, gás metano ou biogás e, nesta fase de transição, o gás estará cá para ajudar no desenvolvimento de Paredes de Coura. Por este motivo, via com bons olhos que todos reconhecessem a importância e o interesse municipal deste projeto.----------

José Augusto Sousa: PPD/PSD-CDS/PP: É evidente que fico contente que, de uma vez por todas, se comece a ter acesso ao gás natural. O gás natural, por inépcia de muita gente, incluindo a empresa que ganhou o concurso, já devia ter a sua distribuição feita. Mas, mais vale tarde que nunca. Obviamente que estamos a favor desta declaração de interesse municipal. ----------

Submetida à votação a proposta de declaração de interesse municipal ao projeto de ampliação da estação de medição e redução de pressão (GRMS 05509) em (Linhares) Paredes de Coura, requerido pela REN – Gasodutos, SA, foi aprovada, por unanimidade.----------
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS – COMPROMISSO PLURIANUAL

Ponto nº 02 – Apreciação, discussão e votação de autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de contrato de fornecimento de combustíveis líquidos rodoviários (gasóleo e gasolina) para abastecimento de veículos e máquinas da frota municipal e fornecimento de gasóleo rodoviário a granel para abastecimento dos equipamentos de aquecimento existentes no edifício do arquivo e da biblioteca municipais. ----------
Presidente da Câmara: É um compromisso plurianual e é necessária a autorização desta Assembleia. O contrato é feito por um ano, renovável. Neste contexto de ebulição de preços que esperamos que no futuro baixem, porque, de facto, as despesas de energia no município aumentaram de forma substancial. ----------
Também seria bom que pudéssemos contribuir para a transição energética e que nos próximos contratos a celebrar não dependêssemos tanto do gasóleo. Já temos um plano para as energias renováveis que apresentaremos brevemente, mas o problema deve-se aos custos iniciais de investimento que são bastante relevantes. No entanto, convenhamos, temos de fazer um esforço nesse sentido, para além de dar o exemplo mostrar que queremos fazer parte da transição energética. Contudo, para determinados veículos municipais, atendendo aos custos, vamos continuar, ainda, a depender da energia fóssil.----------

Submetida à votação, a proposta de autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual decorrente da celebração de contrato de fornecimento de combustíveis, foi aprovada, por unanimidade. ----

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.----------

CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – COMPROMISSO PLURIANUAL

Ponto nº 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de ratificação da assunção do compromisso plurianual para a "Contratação de Apólices de Seguros". ----------

Presidente da Câmara: Precisamos de ter seguros no início do ano para evitar o que já aconteceu com algumas autarquias de terem períodos de transição de ano sem seguros. É um concurso normal, que cumpre as regras da contratação pública. ----------

Submetida à votação, a proposta de ratificação da assunção do compromisso plurianual para a "Contratação de Apólices de Seguros, foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.----------

REGULAMENTO DAS ZONAS INDUSTRIAIS - ALTERAÇÃO

Ponto nº 04: Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento das Zonas Industriais. ----------

Presidente a Câmara: o regulamento das zonas industriais, em vigor, é demasiado simples, tendo em conta que remonta a 2009, embora esse facto não tenha impedido de captar investimento. No entanto, atendendo à complexidade e à evolução, as sugestões recebidas de técnicos da CCDR (Comissão de Coordenação) e atendendo à obrigação de o anexar aos processos das candidaturas, verificou-se a necessidade de o atualizar através de pequenos ajustes. No entanto, mesmo sendo um regulamento simples, cumpre os princípios legais, além de que todas as manifestações de interesse para implantação nas zonas industriais do concelho foram submetidas à reunião da Câmara. Assim, a cedência de lotes foi sempre uma decisão coletiva. ----------

De qualquer forma, faz sentido atualizá-lo. Por exemplo, aquando da captação do investimento da fábrica das vacinas, a cedência dos terrenos só podia ser feita no regime de constituição do direito de superfície e o investidor, que, entretanto, já está a iniciar o segundo investimento, pretendia comprar o terreno e não ficar, apenas, pelo direito de superfície. Considerando tratar-se de um investimento estratégico que não queríamos perder, resolvemos pedir uma avaliação do terreno. Em primeiro, consultámos os preços praticados pelas câmaras municipais das redondezas e pedimos uma avaliação independente. Como o regulamento não contemplava aquisição por compra, a proposta de avaliação foi submetida e aprovada em reunião da Câmara, após estabelecido o valor de sete euros por metro quadrado, mais ou menos o preço cobrado pelos municípios de Arcos de Valdevez e Valença. ----------

Com este regulamento, a cedência a título definitivo, ou seja, a alienação através da venda, é possível. Iremos procurar evitá-la, mas em investimentos considerados estratégicos e que os industriais considerem condição indispensável para se fixarem em Paredes de Coura, é já uma condição regulamentada. ----------

Outro critério tem a ver com a seleção. Antes, quando chegava um empresário a Paredes de Coura "era uma festa", mas, agora, em que há uma autêntica deslocação de investimentos da Galiza para o norte de Portugal e para o Alto Minho, precisamos de critérios para selecionar os investidores, e esses critérios têm de estar regulamentados, sob pena de desrespeito da lei da concorrência. ----------

A alteração ao regulamento não foi radical, mas ficou mais sólido, mais capaz de responder à complexidade e à seleção das indústrias, num contexto de igualdade, enquadrado na lei, para ser objeto de apreciação institucional, seja por parte da Câmara Municipal, seja por conhecimento à Assembleia Municipal. No fundo, não foi apenas para acrescentar mais artigos e tornar o regulamento mais complexo e mais denso, mas sobretudo para responder

a algumas questões que garantam condições de igualdade aos investidores e que os critérios sejam mais transparentes e mais objetivos, como reclama a administração pública. ----------

José Augusto Sousa PPD-PSD/CDS-PP: perguntou se era possível obter o parecer jurídico sobre esta proposta de regulamento.----------

Presidente a Câmara: respondeu que o município não tinha avenças com advogados para a emissão de pareceres. ----------

José Augusto Sousa PPD-PSD/CDS-PP: disse referir-se aos advogados do município, pois que, quem faz um regulamento, devia, pelo menos, recorrer aos serviços jurídicos do município e que não vê nenhum parecer jurídico na deliberação da Câmara Municipal. ----------

"Defendemos que deve ser clarificada a utilização do espaço industrial, e a única coisa que este documento define é a atribuição dos lotes em caso de concorrência. Não é mais nada. Falta a gestão dos espaços internos dentro da zona industrial; falta a forma como se aplicam eventuais incentivos que se pretendam dar aos investidores. O regulamento deveria contemplar um número de incentivos e nada é referido sobre esta matéria. ---------- -

Quanto à questão do procedimento de alienação dos lotes, tanto quanto sei, a lei permite que os lotes sejam alienados por hasta pública e não vejo a possibilidade da venda direta. Refere que a Câmara tem de abrir um procedimento para lançar a concurso para depois todos concorrerem e um que manifeste isoladamente interesse, tem que esperar que se abra um procedimento para concorrer. É confuso. A forma de apresentar a proposta também não está definida. Depois, como se quantificam os critérios de avaliação. ----------

Quem tiver mais do que X funcionários, como é ordenado? Quem tiver mais do que uma determinada autonomia financeira, como é que é ordenado? Quem executar o projeto mais rapidamente e puser o em andamento, como é que é ordenado? Nada refere.----------

Nestas circunstâncias, e pela forma como está feita, a proposta de regulamento não merece o meu parecer favorável e acho que a Câmara e a Assembleia Municipal deveriam olhar com mais atenção àquilo que estão a propor, porque este regulamento tem de ser publicado em Diário da República e na minha ótica, a publicação de um regulamento desta natureza, tal e qual como está, mostra uma enorme fragilidade do nome de Paredes de Coura, considerando que o documento não está concebido de forma clara, direta, objetiva e independente. Mais parece uma receita do que um regulamento e eu para receita, prefiro a venda direta, desde que isto esteja de forma clara.----------

Manuel Monteiro – PS: começaria por dizer que a apresentação do sr. Presidente da Câmara foi muito clara, relativamente ao que se pretende com esta alteração ao regulamento. ----------

Digamos, aquilo que se foi percebendo ao longo destes últimos dez ou doze anos, desde a última alteração regulamentar, aquilo que é o direito de superfície e a compra não estavam claros. Portanto, quer dizer, que tudo isto teve evolução e todos nós percebemos que, se numa fase inicial, como dizia o sr. Presidente da Câmara, se caísse um industrial em Paredes de Coura andávamos de chapéu na mão, quase que a pedir lhes que se instalassem. E, de facto, o momento de expansão empresarial aconteceu nos últimos 10 anos e particularmente na última meia dúzia de anos que teve a ver, sobretudo, com a deslocalização para as zonas industriais do Alto Minho de muitos setores industriais, particularmente, o cluster da indústria automóvel e outros. Foi bom para Paredes de Coura e, naturalmente, a utilização deste regulamento pretende responder às necessidades da seleção, dando a possibilidade de modernizar e diferenciar a instalação de unidades industriais.----------

Mas, senhor Presidente da Câmara, também tenho uma pergunta para si, que é de facto para perceber melhor quem elaborou o regulamento. Se foi o senhor Presidente ou se foi alguém que ajudou. Naturalmente, ele não caiu, não nasceu de geração espontânea e alguém o fez. Naturalmente, não é de seu livre arbítrio propor regulamentos desta natureza, provavelmente com base no existente e com a aprendizagem que foi feita e, digamos que alguém o elaborou sob sua orientação, sob a orientação do vereador, fosse quem fosse, para estar presente nesta assembleia. ----------

Mas também, senhor membro da Assembleia, José Augusto, eu não consegui perceber muito bem se quando se referia à gestão do espaço interno, que entende como lacuna do regulamento, estava a falar dos espaços verdes, das águas pluviais, da infraestrutura energética. Isso, naturalmente, pode ser uma preocupação, mas tem que ficar claro, porque não nos parece legítimo questionar a aprovação de um regulamento que tem, sobretudo, a ver com aquilo que é, definir critérios de instalação e de aquisição por direitos de superfície ou de compra. Por outro lado, também não percebi muito bem quando se refere ao regulamento de aplicação de incentivos que me pareceu dizer, que não existe. Se o regime de incentivos pode ser uma necessidade, podemos falar disso e acho que é uma discussão importante, mas de facto argumentar que ele não remete para uma coisa inexistente não parece que faça sentido. ----------

Relativamente ao procedimento de hasta pública ou de venda direta, tem a ver com a concorrência e a igualdade de instalação. Não sei o está aqui em causa, mas devemos, de facto, primar pela igualdade e pela lei da concorrência. Digamos que isso é que é importante e que, nesse domínio, nós estamos disponíveis para aprovar este regulamento, porque ele é do interesse municipal e é sobretudo de clarificação e de promoção da transparência relativamente à instalação e à aquisição de propriedade por parte dos industriais que aqui se querem instalar.---------- -

Presidente da Câmara: Eu gostaria de perguntar ao Dr. José Augusto, o que é que o preocupa. Se quiséssemos fazer um regulamento denso com trezentas páginas, não conseguiríamos. Outra coisa é que a Câmara Municipal de Paredes de Coura não recorre a serviços jurídicos externos, porque os tem, e bons, e obviamente é uma sorte ter quadros bons dentro de uma Câmara municipal e pessoas que não sabem tudo, mas que são competentes e extremamente zelosas. E se é para fazer política, obviamente que podemos estar aqui a noite inteira a discutir o regulamento, sem problema nenhum. ----------

Relativamente aos incentivos, de facto, nesta altura, a grande parte dos empresários não anda à procura de incentivos, nem de terreno barato, mas à procura de câmaras municipais que sejam ágeis, que compreendam o tempo dos empresários e que os acompanham no calvário dos financiamentos. E na próxima semana, vamos com alguns empresários ao Banco Europeu de Investimento. ----------

Admito que o regulamento possa ter alguma fragilidade, mas não percebo como é uma pessoa tão atenta se deu ao trabalho de ler o regulamento de forma tão miúda e não se apercebeu, enquanto o projeto de regulamento esteve publicado por edital pelo prazo de quinze dias para ser consultado, de que os seus contributos poderiam ter sido vertidos no mesmo, obviamente, se os achássemos pertinentes para a captação de investimento.----------

O anterior regulamento, de facto, não era exigente, diria, até lacónico em determinadas situações. Mas, mesmo sendo lacónico, não o impediu de cumprir a lei geral e de criar boas condições para a concorrência e para que as áreas de acolhimento industrial não fossem atribuídas de forma discriminada. ----------

Entretanto, vai surgir a terceira zona industrial do concelho em Linhares, e assim não haverá conflitos por disputa de lotes nas áreas industriais, além de que, mesmo em condições de concorrência premente, este regulamento permite responder a todas as situações complexas que surjam. ----------

Evidentemente que este regulamento não vai afastar o investimento de Paredes de Coura, para além de que continua, ainda, aberto a sugestões. E podem ter a certeza que é um regulamento justo, honesto, capaz de responder à maior complexidade na captação de investimento. ----------

Agora se me pergunta se consultámos algumas instituições, sim e, algumas, de referência, como a Comissão de Coordenação. Trocamos informação com os seus juristas que o consideraram um bom regulamento para, quando for anexado às nossas candidaturas, cumprir todos os formalismos. ----------

Portanto, pode dizer que é um regulamento sucinto e obviamente, que está no seu direito de querer fazer política, de o diminuir, de dizer que podia ser melhor e estar toda a noite a falar disso, mas a verdade é que cumpre a lei e é um instrumento de captação de investimento. ----------

Não quero dizer que não possa fazer as suas apreciações e não digo isto com maldade, mas do ponto de vista da realidade, são inócuas e do ponto de vista político dá um pouco de luz e brilho à Assembleia, mas esse não é o objetivo. -- ----------

José Augusto Sousa PPD-PSD/CDS-PP: há uma coisa que, felizmente, a democracia garante, se as nossas intervenções podem ser inócuas, como agora o sr. Presidente disse, mas podem fazer-se. ----------

E se aquilo que o senhor Presidente, acaba por dizer desta forma, de que qualquer intervenção dos membros das assembleias é inócua, porque a Assembleia é inócua, na redundância da afirmação é um desrespeito em si pela democracia. ----------

Depois, a democracia, não obstante a discussão pública do regulamento, também me permite o direito, no momento em que o regulamento é apreciado pela Assembleia Municipal, de tecer os comentários que entendo. E qualquer ação que tente ou procure desvirtuar esta ideia é uma ação que, em si mesma, diminui o papel da Assembleia Municipal na democracia portuguesa. E não me revejo nela e nem acho que o sr. Presidente da Câmara queira dizer o que disse, mas que pode ter essa leitura, pode. E, portanto, como eu quero reafirmar o meu papel aqui na Assembleia Municipal para um cargo para o qual também fui eleito, estou, no meu direito de o fazer.

O regulamento tem de abordar todas as matérias que dizem respeito àquilo que se pretende regulamentar e, não só, a parte delas. Na gestão das infraestruturas, aquilo a que cada empresa tem acesso, não está aqui presente. -

As obrigações da Câmara, no âmbito do ordenamento da zona industrial, não estão aqui presentes. Quanto à questão dos incentivos, na hipótese de ser definido um preço, e se vier uma segunda indústria, como a fábrica de vacinas e se isso estiver em causa, não se pode definir um conjunto de incentivos. É que, se tiver acima se 4 técnicos, e que a massa salarial seja acima de x ordenados mínimos, não pode definir que o preço de venda possa ser mais baixo. Não está aqui definido. O sr. Presidente está a dizer que é urgente aprovar e depois altera-se. É diferente, mas isso não retira os problemas que o regulamento tem. ----------

Quanto à questão dos quadros, é exatamente por eu saber que há quadros muito competentes, entre muitas outras áreas, mas também do ponto de vista jurídico dentro da Câmara que eu não me poria na situação, em que, aparentemente, me parece estar, o de avançar com o regulamento, sem um visto da sua área jurídica. É exatamente o contrário daquilo que está a dizer e é precisamente pelos quadros competentes que tem. E quando uma entidade tem quadros competentes, numa ótica de boa gestão, faz sentido usá-los, para que, aquilo a que se propõe com o nome de Paredes de Coura, a sair no Diário da República, seja um documento completo que possa servir, até de exemplo, a outros, que, tal como eu, para me preparar para esta Assembleia, li uns vinte regulamentos de zonas industriais de municípios, muitos deles do Partido Socialista, que têm regulamentos claramente mais objetivos. E dou-lhe um exemplo de um dos mais recentes, o de Viana do Castelo, que pode consultar. ----------

Agora, coloco uma sugestão: a Câmara Municipal e a maioria do Partido Socialista estão disponíveis, para após a aprovação deste regulamento lançar oportunamente bases para a discussão de um novo regulamento mais completo? Estão dispostos a aprovar alguns contributos? E este comprometimento pode ficar na deliberação? Eu não desconfio de ninguém só que a mudança de sentido de voto faz-se mediante um conjunto de negociações e na minha opinião, o regulamento está incompleto e a publicação da forma como está não dignifica Paredes de Coura. Mas se os senhores acham que, pelo facto das maiorias, justificarem todas as coisas, tudo bem. Se, de facto, o meu contributo é inócuo. Se de facto os contributos dos membros das assembleias são inócuos, então muito boa noite.----------

Presidente da Assembleia: Acerca daquilo que foi dito sobre a inocuidade das intervenções dos membros da Assembleia, a Mesa da Assembleia quer retificar a situação sobre a inocuidade: a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo. Aprecia, discute e vota documentos que vêm da Câmara Municipal ou que sejam propostos por no mínimo de dois terços dos membros da Assembleia. Até à data, nenhum membro da Assembleia, desde que nós assumimos este mandato foi impedido de manifestar as suas opiniões e de votar livre e democraticamente. Nenhum membro da Assembleia, que conste à Mesa, tem sido impedido de se expressar livremente, votar, exercer o seu mandato democraticamente. Portanto, todas as intervenções contam. É evidente que elas contam em função de maiorias que são expressas em termos da votação, e estas maiorias resultam de eleições em que os eleitores legitimam os membros desta Assembleia e dos seus grupos municipais. Se o PSD está em minoria, é um problema do PSD, agora não pode reclamar, que não vale e não conta nesta Assembleia. Todos os membros contam porque todos são importantes e o facto de existirem ou não grupos municipais que têm maioria, isso faz parte da ordem política com que se regem as assembleias municipais. ----------

Presidente da Câmara: todas as propostas positivas apresentadas a esta Câmara, nunca foram rejeitadas. Agora, não recebo lições de ninguém e muito menos ao dizerem que o regulamento é quase ridículo, que devia ter isto ou aquilo e se acha o regulamento lacónico, faça propostas que verteremos no Regimento. ----------
Portanto, pode votar contra um regulamento capaz de trazer investimento a Paredes de Coura, por preciosismos jurídicos ou porque devia estar mais ou menos completo. E não admito que diga que, ao enviarmos o regulamento para o Diário da República, deixamos mal Paredes de Coura. Que a Câmara Municipal não é capaz de representar bem Paredes de Coura que o serviço jurídico devia fazer um regulamento mais complexo. É tudo isso e porque há formas de fazer política. Se fossemos incompetentes, se não trouxéssemos investimento, se não fossemos notícia todos os dias, até admitia, agora fazer política com um regulamento por preciosismos jurídicos, quando sabe que todo o contributo positivo que trouxer é vertido. Aliás, se quiser, trazer amanhã um conjunto de artigos, traga, que serão inseridos, sem problema. ----------
Agora, hoje, vai à votação.----------

José Augusto Sousa PPD-PSD/CDS-PP: são muitos anos disto para entrar neste tipo de jogos de que agora sou contra as zonas industriais. Esse é o tipo de discussão que o PS, quando começa a apertar, utiliza. Não me revejo nisso. O desafio está lançado, e quero dar nota de que, em momento nenhum disse que a Câmara Municipal representa mal Paredes de Coura. Disse que esta proposta de regulamento não dignifica Paredes de Coura o que é completamente diferente de dizer que os atuais membros da Câmara não são dignos e não representam dignamente Paredes de Coura, portanto, isto que fique bem claro. ----------
Está lançado o repto e vou avançar com um conjunto de propostas que endereçarei ao nosso vereador para apresentar na Câmara para depois de entender se tem ou não essa apreciação. ----------

Presidente da Assembleia: isto é uma proposta de alteração. Verifica-se, nos documentos que recebemos da Câmara, que esta proposta foi aprovada por unanimidade. Portanto, quem faz a proposta é o executivo, que é constituído neste momento por um presidente e quatro vereadores. E esta observação política vem no sentido de que a Assembleia Municipal se rege por regras democráticas, em que todos podem intervir, mas que também é a expressão do voto dos eleitores e, perante isso, também estamos mandatados para poder decidir. ----------

Submetida à votação, a proposta de alteração ao Regulamento das Zonas Industriais do concelho de Paredes de Coura foi aprovada, por maioria com 25 votos a favor, sendo 23 do PS e 02 do PCP/PEV, três abstenções 2 do PPD-PSD/CDS-PP e 1 Independente e 02 votos contra do PPD-PSD/CDS-PP (José Augusto Sousa e João Carvalho).----------

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.----------

= ENCERRAMENTO =

--------E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.----------